

DF-agricultura

Inadimplência do Prove é de 8,8%

Balanco do BRB envolve operações de financiamento a 120 agroindústrias do DF

Maurício Sampaio Diniz
de Brasília

O sistema de crédito destinado ao Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (Prove), desenvolvido durante o governo Cristovam Buarque, fechou o ano de 1998 com um índice de inadimplência de 8,8%, de acordo com balanço divulgado pelo Banco de Brasília (BRB), agente financeiro do programa.

O balanço envolveu as operações realizadas até 30 de dezembro último, que somaram um saldo de R\$ 720,78 mil, referentes a 120 contratos de empréstimo. Na média, cada mutuário do Prove obteve um crédito de R\$ 6 mil. Esse resultado reflete a situação financeira da quase totalidade das 129 pequenas agroindústrias implantadas pelo programa no Distrito Federal.



João Luiz Homem de Carvalho

As nove empresas restantes não foram incluídas no balanço por terem sido criadas recentemente e ainda estarem no período de carência (seis meses) do empréstimo. Os financiamentos do Prove custam aos produtores uma taxa fixa de 6% ao ano, com prazo de pagamento de três anos.

Independente das medidas que venham a ser adotadas pelo

atual governo do DF em relação ao Prove, o programa terá continuidade por meio de uma organização não governamental - a Associação de Apoio ao Prove (Aprove) - criada em novembro do ano passado. A Aprove tem a função de dar suporte técnico e difundir o programa para outros estados brasileiros e até para países interessados em implantá-lo.

Nesse sentido, dois municípios em Santa Catarina, dois em São Paulo e um em Mato Grosso do Sul desenvolvem programas semelhantes ao Prove. O governo de Angola iniciou o programa com a aquisição de um primeiro kit de agroindústria para processamento de doces, enviado àquele país em meados do ano passado. O treinamento dos produtores angolanos, que deveria ser realizado por técni-

cos da Emater, acabou sendo suspenso devido à intensificação dos combates entre tropas do governo angolano e rebeldes separatistas.

O ex-secretário de Agricultura do Distrito Federal, João Luiz Homem de Carvalho, garante que o programa poderá ser desenvolvido em Angola assim que a Aprove estiver melhor estruturada. Homem de Carvalho disse que em breve deverá integrar a direção da entidade, que já conta com assessoria técnica. Os recursos para formação do corpo técnico são provenientes de um convênio firmado com o CNPq no último dia 30. A equipe, acrescenta Homem de Carvalho, é composta por oito técnicos-bolsistas do CNPq especializados em agronomia, engenharia alimentar, administração de empresas, contabilidade e marketing.